

# LEGISLAÇÃO CITADA

## EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 8, DE 15 DE AGOSTO DE 1995

Altera o inciso XI e a alínea "a" do inciso XII do art. 21 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art.1º O inciso XI e a alínea "a" do inciso XII do art. 21 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 21. Compete à União: .....

.....

XI - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais;

XII - .....

a) explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão: a) os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens; "

Art. 2º É vedada a adoção de medida provisória para regulamentar o disposto no inciso XI do art. 21 com a redação dada por esta emenda constitucional.

Brasília, 15 de agosto de 1995

### **Mesa da Câmara dos Deputados**

Deputado LUÍS EDUARDO

Presidente

Deputado RONALDO PERIM

1º Vice-Presidente

Deputado BETO MANSUR

2º Vice-Presidente

Deputado WILSON CAMPOS

1º Secretário

Deputado LEOPOLDO BESSONE

2º Secretário

Deputado BENEDITO DOMINGOS

3º Secretário

Deputado JOÃO HENRIQUE

4º Secretário

### **Mesa do Senado Federal**

Senador JOSÉ SARNEY

Presidente

Senador TEOTONIO VILELA FILHO

1º Vice-Presidente

Senador JÚLIO CAMPOS

2º Vice-Presidente

Senador ODACIR SOARES

1º Secretário

Senador RENAM CALHEIROS

2º Secretário

Senador LEVY DIAS

3º Secretário

Senador ERNANDES AMORIM

4º Secretário

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. 16.8.1995

**LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997.**

**Regulamento**

Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**LIVRO I**

**DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**

Art. 1º .....

.....

Art. 3º O usuário de serviços de telecomunicações tem direito:

I –.....

II - à liberdade de escolha de sua prestadora de serviço;

III –.....

.....

XII - .....

(....)

Art. 4º .....

.....

Art. 216. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de julho de 1997; 176º da Independência e 109º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

*Iris Resende*

*Antonio Kandir*

*Sergio Motta*

*Cláudia Maria Costin*

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 17.7.1997

**AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES**  
**RESOLUÇÃO Nº 85, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1998**

*Aprova o Regulamento do Serviço*  
*Telefônico Fixo Comutado*

ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 85, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1998  
REGULAMENTO DO SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO

**TÍTULO I**

Das Disposições Gerais

**CAPÍTULO I**

Da Abrangência e Objetivos

Art. 1º .....  
.....

STFC, prestado em regime público e em regime privado.

**CAPÍTULO II**

Das Definições

Art.3º Para fins deste Regulamento, aplicam-se as seguintes definições:

I – .....  
.....

VII - Código de Seleção de Prestadora: conjunto de caracteres numéricos que permite ao Usuário escolher a Prestadora do STFC de Longa Distância Nacional ou Longa Distância Internacional;

VIII - .....  
.....

XXIV .....

**CAPÍTULO III**

Das Áreas Locais

Art. 4º .....

.....

**Art. 96** Este Regulamento, com fundamento no Inciso I do Art. 214 da Lei 9.472, de 1997, substitui a Norma 05/79 - Da Prestação do Serviço Telefônico Público, aprovada pela Portaria nº 663, de 18 de julho de 1979, do Ministério das Comunicações e suas alterações posteriores.

**Art. 97** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**RENATO NAVARRO GUERREIRO**

*Presidente*

**AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES  
RESOLUÇÃO Nº 86, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1998**

[Aprova o Regulamento de Numeração do STFC.](#)

**O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE  
TELECOMUNICAÇÕES –**

ANATEL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 22, inciso IV, da Lei nº

9.472, de 16 de julho de 1997 e artigo 16, inciso V, do Regulamento da Agência Nacional de

Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, por meio do Circuito

Deliberativo nº 62, realizado no dia 16 de dezembro de 1998, em conformidade com os artigos 23 a 26

do Regimento Interno da Agência, e

CONSIDERANDO a Norma nº 28/96 - Plano de Numeração para Redes Públicas de Telefonia

e de Serviço Móvel Celular, aprovada pela Portaria nº 1.541, de 4 de novembro de 1996, do Ministério

das Comunicações;

CONSIDERANDO os comentários recebidos, decorrentes da realização, pela ANATEL, da

Consulta Pública nº 30, de 4 de maio de 1998, que trata dos assuntos relativos à numeração de serviços

de telecomunicações, publicada no Diário Oficial do dia 5 de maio de 1998;

CONSIDERANDO que, de acordo com o que dispõe o Inciso I do Art. 214 da Lei 9.472, de

1997, cabe à ANATEL editar regulamentação em substituição aos Regulamentos, Normas e demais

regras em vigor, resolve:

**Art. 1º** Aprovar o Regulamento de Numeração do Serviço Telefônico Fixo Comutado, que

estará disponível na página da ANATEL, na INTERNET, no endereço <http://www.anatel.gov.br>, a partir das 14h de 31 de dezembro de 1998.

**Art. 2º** Este Regulamento, com fundamento no Inciso I do Art. 214 da Lei 9.472, de 1997, substitui a Norma n.º 28/96 “Plano de Numeração para Redes Públicas de Telefonia e de Serviço

Móvel Celular”, aprovada pela Portaria nº 1.541, de 4 de novembro de 1996, do Ministério das

Comunicações, exceto quanto ao item 6.2 que permanece aplicável ao Serviço Móvel Celular.

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**RENATO NAVARRO GUERREIRO**

*Presidente do Conselho*